



Conferência sobre Produção e Exploração do Carvão em Moçambique

“Busca de Equidade para a Comunidade, em particular a Criança: As Oportunidades Emergentes das Indústrias Extractivas em Moçambique”

Por: Narciso Matos, Director Executivo da FDCⁱ

Agradecemos aos organizadores por convidarem a FDC e outras organizações da sociedade civil, bem como agências especializadas das Nações Unidas, para se juntarem a reflexão sobre as oportunidades, os riscos e as formas de assegurar que as indústrias extractivas vão trazer benefícios para o Povo Moçambicano, neste caso particular para as crianças.

Agradecemos que os organizadores, ao planificarem esta conferência, tenham decidido pôr-nos a todos a pensar nas melhores formas de se envolverem as comunidades, sobretudo das zonas directamente afectadas pela exploração mineira. O imperativo de se pensar, deste o início, que essas comunidades e todo o Povo Moçambicano devem ser o sujeito activo, e não o objecto passivo, e devem ser o principal beneficiário, e não espectadores à margem, do desenvolvimento da indústria extractiva.

Agradecemos o espaço criado para juntos pensarmos nas melhores formas de se fazer e de se limitarem os efeitos potencialmente negativos dos reassentamentos de populações, para juntos pensarmos nos potenciais impactos ambientais da exploração mineira, para juntos pensarmos nas formas de incluir, envolver e informar as mulheres, os homens e os jovens das comunidades circunvizinhas e de lugares mais além, e nas melhores formas de protegermos as comunidades, sobretudo as nossas crianças.

Porque, as crianças são o grupo populacional que merece o nosso maior carinho, atenção e protecção, são quem, a médio prazo, pode vir a beneficiar ou pode vir a sofrer as consequências das decisões que hoje tomamos.

Porque as crianças, definidas pela faixa etária dos 0 aos 18 anos, constituem cerca de 50 por cento da população de Moçambique, são pois a maioria dos moçambicanos.

Em segundo lugar, queremos sublinhar que nos regozijamos pelo facto da natureza ter dotado o nosso País, Moçambique, de riquezas naturais.

Sabíamos já que temos terras aráveis e rios em abundância e que, no nosso País, onde cerca de 80% da população vive e trabalha no campo, a agricultura pode ser a base do desenvolvimento e do bem-estar futuro.

Sabíamos já que temos uma extensa costa marítima, lagos, zonas interiores, montanhas, planaltos e planícies de beleza única, e disponíveis para a indústria turística.

Começamos hoje a saber que além destas riquezas naturais, somos dotados de riqueza florestal e mineira, do gás natural, ao carvão mineral e, a julgar pelo volume de investimentos feitos na prospecção, e pelo número de empresas de renome envolvidas, que possivelmente temos até petróleo.

Estas riquezas, contudo, são até hoje, essencialmente, potenciais. Quer dizer, será o desenvolvimento harmonioso do capital social, dos homens e das mulheres moçambicanas, o que vai transformar esse potencial em pão, comida, água limpa, roupa, saúde, educação, habitação, bem-estar, lazer e protecção social.

O segredo está na conquista dessas riquezas pelos moçambicanos, como ontem os moçambicanos lutaram e conquistaram a bandeira e a pátria. O segredo está na adopção e cumprimento criterioso de políticas que põem à frente e no centro de todos os planos, o bem-estar dos cidadãos, em todo o território nacional, independentemente da localização geográfica das riquezas naturais.

O segredo está no investimento nos recursos humanos, para que homens e mulheres moçambicanas, adequadamente treinados, se apropriem e comandem os processos de prospecção, de exploração, de negociação, e de utilização ulterior do que se ganha.

O objectivo principal desta comunicação é partilhar as inquietações identificadas pela Sociedade Civil no âmbito dos desafios e oportunidades que a exploração e produção do carvão mineral oferecem a Moçambique, ao seu povo e as suas crianças em particular.

Isto é importante, já que a exploração e produção do carvão e de outros recursos minerais não são, por si só, sinónimo de garantia de que os recursos financeiros deles provenientes serão equitativamente distribuídos em prol do desenvolvimento sustentável do país.

Moçambique é um país com um grande potencial de recursos minerais e conseqüentemente, grandes oportunidades para, de forma progressiva, sair da condição de um dos países mais pobres do mundo: segundo o Índice de Desenvolvimento Humano

2010, o país encontra-se no lugar 165 num total de 169 países, o que demonstra a gravidade da situação em que nos encontramos.

O Forum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), coordenado presentemente pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), e do qual fazem parte cerca de 300 Organizações da Sociedade Civil (OSC) espalhadas pelo país, entre organizações nacionais e estrangeiras, incluindo Agências das Nações Unidas dedicadas a questões do bem-estar e desenvolvimento da criança, consideram a indústria mineira e a do carvão em particular, como uma oportunidade real que o país tem para aproveitar a exploração dos seus recursos em benefício próprio.

Uma das áreas que mais nos preocupam neste processo, é o impacto social da indústria mineira e do carvão para a população de Moçambique, em particular para as crianças. Contudo, este impacto social poderá ser positivo ou negativo dependendo das políticas e acções que o país adoptar.

O país realizou nos últimos anos, grandes progressos no desenvolvimento de áreas sociais chave, que contribuem para o desenvolvimento humano, e encontra-se bem encaminhado para alcançar 13 dos 21 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs), mercê de investimentos significativos nas áreas de educação, saúde e infra-estruturas. Por exemplo, a proporção de crianças que experimentam duas ou mais deprivações¹ (privações graves nas áreas de nutrição, água, saneamento, saúde, abrigo, educação e informação), decresceu de 59% em 2003, para 48% em 2008 (MICS 2008)².

Todavia, apesar do registo de progressos em algumas áreas e do contínuo crescimento económico, os níveis de pobreza entre a população, no geral, e entre as crianças, em particular, não tem registado avanços significativos, porque cerca de 54% da população continua vivendo abaixo da linha da pobreza. Na realidade, segundo o último Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2009, entre 2003 e 2009, a pobreza rural aumentou de 55.3 por cento para 56.9 por cento, enquanto a pobreza urbana reduziu de 51.5 por cento para 49.6 por cento. Ainda segundo este Inquérito, a região centro tornou-se a mais pobre do país.

Pensamos que os recursos provenientes das rendas mineiras em Moçambique, se bem aproveitados, podem constituir uma boa oportunidade para tirar o país e as crianças moçambicanas, em particular, da pobreza. Apesar de verificarmos um crescimento

¹ Medida de pobreza baseada no MICS que determina a situação de pobreza em crianças sujeitas a privações graves nas áreas de nutrição, água, saneamento, saúde, abrigo, educação e informação.

² Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS), Instituto Nacional de Estatística, 2008.

económico na ordem dos de 5 a 7.5% ao ano, nos últimos cerca de 20 anos, constatamos que este crescimento não tem sido suficiente para reduzir os níveis de pobreza em que o país e as crianças moçambicanas se encontram.

Uma forma de se melhorar esta situação é investir cada vez mais e de forma mais equitativa nos sectores sociais chave que contribuem para a protecção social das famílias e das crianças. Evidentemente, só com maior produção, produtividade e riqueza económica será possível melhorar irreversivelmente o bem-estar das populações. Mas não devemos deixar de dizer que os escassos recursos financeiros que o país possui, precisam de ser melhor alocados para reduzir as disparidades preexistentes entre os sectores sociais prioritários, nomeadamente educação, saúde, acção social, e água e saneamento e entre as províncias, e que a sua execução deve ser melhorada progressivamente, para ir decididamente ao encontro das reais necessidades da população.

Torna-se assim ainda mais evidente, porque razão, no contexto desta conferência, devemos reflectir sobre de que forma, a descoberta de reservas significativas de recursos minerais em Moçambique pode contribuir, efectivamente, para a melhoria do bem estar das comunidades e das crianças deste país.

Pensamos que o Governo Moçambicano, com o apoio do sector empresarial e da sociedade civil, pode utilizar as riquezas minerais, por meio da adopção de políticas social e economicamente justas, ao mesmo tempo atractivas para as empresas de exploração, para garantir um futuro melhor, contribuindo, ao mesmo tempo, para o alcance pleno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Melhores práticas em outros países: como evitar a maldição dos recursos minerais?

Em alguns países ricos em recursos minerais, estes tem sido usados de forma pouco benéfica para as suas populações. São vários os factores que podem estar por trás deste facto, desde a falta de transparência na exploração, produção e gestão desses recursos, passando pelas políticas fiscais que estes países adoptam para gerar receitas que possam financiar o seu próprio desenvolvimento económico e social.

Em alguns desses países, um caso bem reportado é a exploração de petróleo no delta do Rio Níger, na Nígeria, onde estes recursos não são devidamente distribuídos e, como consequência disso, vemos a sua população privada de necessidades básicas, o que resulta num descontentamento generalizado das populações.

Mas importa salientar aqui práticas positivas em países onde as instituições do Governo, com o apoio do sector privado, tem sido fortes na garantia do uso adequado dos rendimentos provenientes da exploração dos recursos minerais, investindo no capital físico e humano e também, na saúde, nutrição, educação e proteção social.

O primeiro exemplo é o Botswana. Este país é dos mais importantes produtores de diamantes do mundo. A sua economia é baseada na produção e exportação de diamantes, que contribuíram, em 2008, com 45% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1966 e 2005, o Botswana foi a economia que mais cresceu no mundo, com uma taxa média anual de 9%. Entre 1966 e 1990, a taxa média de crescimento foi ainda maior (13%). Porém, depois de 1980, o crescimento médio mostrou uma desaceleração, passando para 11,5% na década de 80, 5,1% na década de 90, e 4,7% nos anos 2000. O desempenho impressionante da economia do Botswana permitiu que o país aumentasse em 50% o PIB per capita entre 1970 e 2008. Apesar da reduzida taxa de crescimento na década de 2000, o PIB per capita duplicou. O Botswana demonstrou que a gestão fiscal estratégica é essencial para a expansão do espaço fiscal e prova que estratégias podem ser implementadas e os acordos originais podem ser negociados ou re-negociados com vista a obter condições vantajosas para o país.

Em 2006, a Bolívia aprovou uma legislação nova sobre a propriedade estatal e controle dos recursos naturais em hidrocarbonetos. Esta legislação estabeleceu um novo regime fiscal que mudou radicalmente a redistribuição do valor da produção de hidrocarbonetos: 82% das receitas beneficiam agora o Estado, e 18% beneficiam as empresas exploradoras. Esta reforma fiscal permitiu que o Estado Boliviano aumentasse significativamente a sua receita de exploração e venda de hidrocarbonetos. Os impostos estaduais sobre os hidrocarbonetos representavam 5,3% do PIB em 1995, aumentaram para 9% em 2005, e atingiram um nível de 11,3% do PIB em 2007.

Hoje, na Bolívia, os hidrocarbonetos contribuem para o PIB acima da média dos restantes países da América Latina. Concomitantemente, a despesa pública em áreas sociais como a educação, saúde e nutrição, cresceu de 38% em 1991, para 44% em 2008. Isto demonstra que as receitas provenientes da exploração dos hidrocarbonetos na Bolívia tem tido um impacto significativo na despesa pública naquele país, em particular na área social. O Botswana e a Bolívia exemplificam o uso adequado dos seus recursos minerais para benefício dos seus povos.

Pode Moçambique seguir o exemplo do Botswana e da Bolívia na distribuição equitativa da riqueza proveniente dos recursos minerais? Ou seguirá o caminho da Nigéria?

Em que medida, as boas práticas globais podem ser ponderadas e adaptadas às condições específicas de Moçambique? Quais serão as melhores práticas para Moçambique?

Como organizações da sociedade civil, somos em primeiro lugar, cidadãos, portanto, somos parte directamente interessada nas políticas e acções do governo, do sector privado nacional e estrangeiro, neste caso, envolvidas no sector mineiro. Não nos limitaremos por isso a observar, criticar e, muito menos a obstruir. Como dissemos, regozijámo-nos com a riqueza mineira do País.

Estamos disponíveis para trabalhar com todos, governo e sector privado, e a contribuímos da melhor forma que sabemos, ou podemos aprender, para que os investimentos mineiros e os seus benefícios sejam atractivos e benéficos para as comunidades e para os investidores.

Convidamos-vos, e colocamo-nos a vossa disposição para juntos consultarmos as comunidades, juntos desenharmos e executarmos as melhores iniciativas para tratar com as comunidades que vivem nas regiões mineiras e que são as primeiras afectadas e potencialmente as primeiras beneficiárias da exploração mineira; para juntos pensarmos nas estratégias e acções de fortalecimento da representação, participação e informação permanente dessas comunidades sobre as decisões estratégicas que são necessárias; para juntos pensarmos nas acções de formação, a médio e longo prazo, que capacitem os moçambicanos para dominarem, todos os aspectos e todas as facetas da indústria mineira; para trabalharmos juntos para que, como parte das vossas estratégias e políticas empresariais, desenvolvam e executem acções de verdadeira responsabilidade social corporativa, não campanhas cosméticas e com fins de “relações públicas”, mas que partem do princípio de que comunidades em bem estar, saudáveis e educadas, parceiras e não adversárias das companhias de exploração, são um bom investimento e fazem crescer, a médio e longo prazo, os benefícios globais das vossas empresas.

Existimos e trabalhamos aqui em Moçambique, usem-nos!

Muito obrigado!

Maputo, 18 de Outubro de 2011

ⁱ Preparado com a colaboração de Albino Francisco, gestor de programas da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, e Ruben Cossa, especialista de programas, sociedade civil, da UNICEF, Moçambique, para a conferência “Coal Exploration & Production Mozambique”, realizada em Maputo, em Outubro de 2011.